

## **A PARCERIA ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE E O ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE: DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, TRAJETÓRIA E RESULTADOS.**

### ***THE PARTNERSHIP BETWEEN THE CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE AND THE ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE: DIGITIZING, TRAJECTORY AND RESULTS***

Thais Marcolino dos Santos<sup>66</sup>

#### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar o trabalho realizado por meio do convênio entre a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), especialmente as atividades de digitalização de documentos. Dessa forma, pretende-se mostrar o quanto a cooperação entre as duas instituições traz melhoramentos para ambos os lados, entre eles a estruturação de áreas do arquivo garantindo melhores condições para o recolhimento, a preservação e a guarda dos acervos. Todavia esta cooperação traz também desafios como a necessidade de elaboração de novas técnicas de trabalho. Para tanto será feita uma breve apresentação das duas instituições, as parcerias firmadas e os resultados alcançados.

**Palavras-chave:** Arquivo. APCBH. Digitalização

#### **Abstract**

This paper aims to analyze the work done through the partnership between the Camara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) and the Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), especially the archival digitalization process. Thus, we intend to show that this cooperation brings numerous benefits for the two institutions, including improved working space and better facilities for the documents. It will be presented a brief presentation of the two institutions will be presented, with some of the results of this cooperation.

**Keywords:** Archives. APCBH. Document scanning

#### **Introdução**

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar a parceria entre a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) e o Arquivo Público da Cidade de Belo

---

<sup>66</sup> Licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), técnica em Digitalização no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). tatambh@hotmail.com

Horizonte (APCBH), bem como mostrar que os convênios trazem benfeitorias para as duas instituições, para a memória da cidade e para o pesquisador. As parcerias são analisadas, assim como a importância do trabalho do Arquivo para a manutenção dos documentos do município e a sua relevância no cenário histórico-cultural da cidade.

Esse artigo tem como foco mostrar o processo da digitalização de documentos no APCBH, os acervos contemplados e o resultado dos trabalhos desenvolvidos. Desse modo, demonstra-se como as atividades executadas pelos técnicos contratados por meio de convênios entre o Arquivo e a CMBH trazem resultados que vão além do trabalho técnico cotidiano executado por esses profissionais em sintonia com os gestores, servidores, funcionários e estagiários do APCBH.

Na legislação federal os arquivos públicos são definidos como conjuntos de documentos produzidos e recebidos no exercício das atividades dos órgãos públicos. São ligados aos poderes executivo, legislativo e judiciário na esfera federal, estadual e municipal. No caso de Belo Horizonte, foi definida a existência do arquivo público relativo às funções próprias da gestão do município, ou seja, às funções executiva e legislativa. Portanto, Arquivos são instituições que guardam documentos com caráter probatório, de contexto histórico, administrativo e cultural de uma determinada instituição, proporcionando diversas pesquisas, mas também servem às demandas de comprovação relacionada a um fim individual ou coletivo.

Criado em 1991, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH)<sup>67</sup> é o órgão da Prefeitura responsável por recolher, guardar, conservar e dar acesso aos documentos produzidos ou recebidos pelas unidades funcionais públicas do município, bem como de documentos privados de interesse público. Usualmente os documentos são produzidos em seus órgãos de origem e, após o cumprimento de sua temporalidade, aqueles de caráter permanente são transferidos ao arquivo público para organização, arranjo, restauração, quando necessário, para então serem disponibilizados ao público.

No APCBH encontram-se documentos textuais, revistas, mapas, plantas, projetos arquitetônicos, cartazes, fotografias, filmes, fitas VHS e fitas K7, dentre outros. A instituição mantém ainda uma biblioteca voltada para a história da cidade.

---

<sup>67</sup> Lei n. 5.900, 20 de maio de 1991, que “dispõe sobre a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte”.

## Câmara Municipal de Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte não contava com uma Câmara Municipal nos seus primeiros anos, mas com um Conselho Deliberativo. Criado em 1899<sup>68</sup>, este Conselho votava os impostos e decretava as despesas da administração da Capital. No ano de 1931 o Conselho Deliberativo foi extinto<sup>69</sup> e criaram-se os Conselhos Consultivos em todos os municípios mineiros. Em 1936 foi criada a Câmara Municipal de Belo Horizonte<sup>70</sup>, mas com pouco mais de um ano de funcionamento foi extinta<sup>71</sup> com o advento do Estado Novo. Somente em 1947 a CMBH foi reestabelecida.<sup>72</sup> Nota-se que até 1947 Belo Horizonte, apesar de ter nascido com a República, foi, desde sua fundação, submetida ao poder do Estado, ou seja, não possuía autonomia. Segundo Gomes e Nascimento (2008, p.168):

Belo Horizonte, Capital nascida com a República, guarda grande especificidade, pois sua existência como entidade política e administrativa não teve início com a atuação da Câmara Municipal, mas com a ação do governo estadual, consubstanciada na criação da Nova Capital. A cidade foi planejada e construída com o intuito de sediar o poder político mineiro, em substituição à antiga capital do Estado, Ouro Preto.

Desde sua criação o APCBH recebe, por meio de doações, os documentos produzidos pela Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) a partir de sua fundação em 1947. Todavia, no ano de 2005 a Câmara Municipal e o Arquivo da Cidade fizeram a primeira parceria para o recolhimento do acervo produzido pelo legislativo no período entre 1947 a 2005, ou seja, toda a produção documental dos exercícios da CMBH. Após o recolhimento, o acervo recebeu tratamento arquivístico; organização física e intelectual, acondicionamento e descrição. A partir desse processo foi criado o Fundo<sup>73</sup> da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Logo em seguida foi elaborado o primeiro instrumento de pesquisa do Fundo: o inventário do acervo da Câmara Municipal de Belo Horizonte, organizado de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), publicado em 2008.

Em 2007, os dois órgãos renovaram a parceria por meio da assinatura de um segundo convênio para o recolhimento da documentação produzida entre os anos de

<sup>68</sup> Lei Estadual nº 275, de 12 de setembro de 1899, que "Institui na capital do Estado um Conselho Deliberativo eleito pelo povo da mesma capital e contém outras disposições".

<sup>69</sup> Decreto Estadual nº 9.847, de 2 de janeiro de 1931, que "Reorganiza o governo provisório dos municípios. "

<sup>70</sup> Anais da Câmara Municipal de Belo Horizonte, 1936. BR.APCBH//C.14/b.001.

<sup>71</sup> Decreto Municipal nº1, de 30 de dezembro de 1937, que "Extingue a secretaria da Câmara Municipal".

<sup>72</sup> Lei nº 28, de 22 de novembro de 1947.Organização Municipal.

<sup>73</sup> Conjunto de documentos de uma mesma proveniência.

2005 e 2008, nessa segunda etapa estava prevista a digitalização dos documentos em papel, além do recolhimento do acervo fotográfico da Câmara Municipal. Foram recolhidos cerca de 6.000 fotografias e 62.000 negativos produzidos no período entre 1990 e 2008<sup>74</sup>. Esse acervo encontrava-se em estado precário de acondicionamento, sem a preservação adequada ou organização, o que impossibilitava o acesso. Os negativos estavam em sacos de lixo e enrolados. As fotografias são especialmente sensíveis às condições ambientais, mas encontravam-se em envelopes dentro de caixas de papelão ou simplesmente soltas, ou seja, em locais impróprios, aumentando assim as chances de se perderem, como pode ser visto nas figuras 1, 2 e 3.

**Figuras 1, 2 e 3 – Acervo da CMBH no momento da chegada ao APCBH**



**Legenda:** As condições em que fotos e negativos chegaram ao APCBH.

**Fonte:** Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH

<sup>74</sup> NASCIMENTO, Adalson Oliveira. *Relatório Final de Trabalho prestado no APCBH*. fev. 2010. Não publicado.

O acervo recolhido foi então higienizado e acondicionado em invólucros adequados, no caso dos negativos em jaquetas<sup>75</sup> e armazenado em área de guarda climatizada, como pode ser visto nas figuras 4 e 5.

**Figuras 4 e 5** – Acervo da CMBH tratado e acondicionado no APCBH



**Legenda:** Fotografias e negativos corretamente acondicionados no APCBH.

**Fonte:** Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH

<sup>75</sup> As jaquetas são feitas em polipropileno quimicamente tratado, inerte, livre de ácido, possuem 7 tiras e 6 frames para o acondicionamento dos negativos.

No início dos trabalhos de digitalização no APCBH, por volta de 2006, não havia procedimentos estabelecidos para a reprodução digital do acervo, além disso, havia problemas estruturais como falta de espaço para os arquivos armazenados em computador. O único escâner do Arquivo era dedicado a digitalização de negativos tamanho 6x6, provenientes do Fundo ASCOM (Assessoria de Comunicação do Município), para a realização do Projeto Cestas da Memória<sup>76</sup>. Além disso, os técnicos da instituição se esforçavam para atender os consulentes. Em 2008, em grande medida devido ao Convênio com a CMBH e com a atuação da ACAP (Associação Cultural Amigos do APCBH), foi possível montar o laboratório de digitalização da instituição que, no seu início, contava com um escâner Microtek<sup>®</sup> para transparências e documentos textuais e dois escâneres Kodak i1220<sup>®</sup>, composto de um módulo rotativo, ou de produção, e uma mesa digitalizadora com capacidade para tamanho até o formato A3.

No convênio de 2010, o APCBH conseguiu angariar fundos para a compra dos equipamentos necessários como computadores, escâneres, *storages* (repositório digital) para a guarda do material digitalizado, entretanto, somente em 2013 com a assinatura do Convênio nº 005/2013 entre as duas instituições foi possível traçar estratégias para tratamento e digitalização de acervos específicos da CMBH, como o sonoro e os livros de grandes formatos, além das contratações de técnicos e estagiários da área que prestam serviço não só para a CMBH, mas também contribuem muito com os projetos e a rotina de trabalho do APCBH. A prefeitura também teve participação ativa nas benfeitorias do Arquivo, o que possibilitou o alcance de melhores resultados no Convênio com a CMBH. Em dezembro 2013, foi inaugurada a nova área de guarda do APCBH, para abrigar documentos do legislativo. Em 2014, após parceria com a Secretaria Municipal de Governo (SMGO), por meio do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT-4) do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), o Arquivo investiu em infraestrutura, possibilitando melhores condições para o tratamento do acervo, incluindo arquivos deslizantes para o melhor acondicionamento dos documentos recebidos, como pode ser visto na figura 6.

---

<sup>76</sup> Projeto do APCBH que identifica, com ajuda de voluntários, especialmente ex-funcionários da PBH, imagens da administração pública municipal para facilitar e agilizar as pesquisas.

**Figura 6:** Novas estantes deslizantes das áreas de guarda do APCBH.



**Fonte:** Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Além disso, o prédio do Arquivo passou por reformas internas, assim como outros equipamentos da Fundação Municipal de Cultura (FMC). Entre as melhorias, destacam-se a pintura da sede e a ampliação do laboratório de digitalização, mostrando que as diversas parcerias desenvolvidas pelo Arquivo, principalmente nos últimos anos, resultam em melhores condições de trabalho e de acondicionamento dos documentos.

O trabalho feito com o acervo fotográfico da Câmara Municipal contribui para a preservação da memória do poder legislativo da cidade de Belo Horizonte. Nele há registros dos vereadores eleitos, dos servidores, dos funcionários, das sessões plenárias, das festas das comunidades, do carnaval dentre outros. Encontramos também os vereadores em várias ocasiões informais como em partidas de futebol, em churrascos, em clubes e em festas diversas. Existem ainda, fotos aparentemente particulares, com crianças, idosos e alguns registros com imagens de foro íntimo que não podemos afirmar ser dos próprios vereadores ou dos fotógrafos, pois muitas vezes as pessoas fotografadas não são identificadas.

A importância desse fundo se dá na riqueza de informações contidas sobre o cotidiano do legislativo da cidade, pois há abundância de temas a serem pesquisados

como os assuntos abordados em uma época específica, o perfil dos representantes eleitos, os projetos de leis que eram votados, as reivindicações da população, a participação da comunidade nas votações, a postura dos vereadores frente às reivindicações, as ações empregadas por eles, as questões sociais vigentes na época, o crescimento e a ocupação da cidade, os partidos políticos e até a utilização dos filmes de uso público para fim privado. De acordo com Manini (2008, p.125.):

A fotografia documentária cuja principal característica é ser uma reportagem visual de caráter especialmente – mas não exclusivamente – social funciona, muitas vezes, como um testemunho histórico da ocorrência de fatos, da existência de pessoas e da participação dessas em eventos, além de poder demonstrar imageticamente objetos, artefatos e lugares.

Dessa forma entende-se o valor histórico dos negativos da CMBH, pois neles identificamos os vereadores fazendo uso da sua imagem na fotografia para angariar votos, para divulgar o seu trabalho aos seus eleitores, quando fazem uma pose ou um gesto específico em várias ocasiões, na inauguração de alguma obra, na participação em algum evento comunitário. Percebemos os vereadores fazendo uso da fotografia para comprovar, por exemplo, sua participação nas plenárias, sua presença e trabalho nos eventos da comunidade que o elegeu, ao lado de uma placa de inauguração entre outros.

Tudo isso devidamente recolhido, tratado e disponibilizado servirá de fonte de pesquisa para trabalhos acadêmicos, aulas, seminários, apresentações, etc. Além disso, o acervo possui imagens que certamente foram capturadas no âmbito familiar, em festas informais e que por algum motivo estão juntos às fotografias oficiais. Enfim, o acervo fotográfico da CMBH possui extrema importância histórica para a memória da cidade de Belo Horizonte.

No entanto, temos que nos atentar para o fato de que só com o recolhimento e tratamento adequado desses negativos junto ao Arquivo Público, é que podemos de fato garantir a segurança da informação contidas nele, afinal:

A fotografia só se torna um documento de uso geral, de interesse público coletivo e de importância histórica e/ou cultural quando inserida num arquivo: importará sua origem ou proveniência, a finalidade de sua criação ou produção e será tratada segundo um agrupamento sistemático respeitando a organicidade do fundo a que pertence. (MANINI.2008. p.127.)



## Acervo Sonoro

A digitalização do acervo sonoro da CMBH merece maior atenção, pois, foram inúmeras tentativas de concretização do trabalho frustradas. O projeto de digitalização de áudio vem sendo elaborado desde o Convênio nº 009/2010, a partir disso foi feito, a pedido do APCBH, pelo Professor Doutor da Universidade Federal de Minas Gerais Arnaldo de Albuquerque um parecer sobre reformatação de gravações de áudio<sup>77</sup>. Todavia, como o *software* recomendado para a digitalização de áudio ainda não havia chegado ao APCBH, apesar de ter sido adquirido pela FMC, em novembro de 2014, foi utilizado um *software* livre, o *Audacity*, com o objetivo de calcular espaço em disco e fazer testes de compressão.

Deu-se início então à elaboração dos primeiros testes de digitalização de áudio, por meio do Convênio nº 005/2013, com o objetivo de reformatar todo o acervo sonoro da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Nesse processo as recomendações da consultoria prestada pelo Professor Arnaldo, foram consideradas. A partir disso um diálogo foi aberto entre os técnicos para definir uma metodologia de trabalho que atendesse aos critérios da digitalização arquivística e as condições físicas do documento e da instituição.

Em geral esses acervos são compostos por discos (vinil ou acetato), fitas (microcassete, minicassete e K7) e *tapes* magnéticos. A Série Registros Audiovisuais de Eventos Diversos, pertencente ao Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte foi produzida entre 1970 e 2010. O acervo é composto por 944 fitas K7, 1089 fitas VHS, 945 rolos, além de outras 100 fitas magnéticas não registradas. Considerando todos os formatos citados o total aproximado em minutos é de 15.000 horas de gravação.

Os documentos sonoros possuem uma especificidade, pois a digitalização desse tipo de arquivo exige *softwares* e dispositivos específicos como vídeo cassetes e gravadores, além disso para o controle de qualidade é necessário ouvido treinado e atento. Desse modo, só após a assinatura do Convênio nº 010/2014 foi possível colocar em prática o Projeto de Digitalização de Áudio. Este ainda tem como objetivo indexar os documentos textuais correspondentes, já digitalizados anteriormente, às sessões gravadas nos documentos sonoros. Assim, será possível oferecer ao consulente acesso rápido ao documento integral, textual e sonoro, do evento pesquisado.

---

<sup>77</sup> ARAÚJO, Arnaldo de Albuquerque. Reformatação de Gravações de Áudio e Preservação Digital. Belo Horizonte: Departamento de Ciência da Computação; Universidade Federal de Minas Gerais. nov.2011. Parecer Técnico.

## A Importância da Digitalização

Digitalização é o processo de conversão de documento do meio físico para o digital. Já a digitalização arquivística<sup>78</sup> tem o objetivo de garantir a máxima fidelidade entre o representante digital gerado e o original. Esse processo está em conformidade com as recomendações e normas específicas do CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos CONARQ, que estabelecem parâmetros para digitalização, armazenamento e conservação do acervo digital. Contudo, a cópia digital não substitui o original que deve ser preservado. Atualmente, de acordo com a legislação vigente, os documentos resultantes de procedimento de captura digital não são considerados válidos para efeitos legais.

Devido a responsabilidade do APCBH, o crescimento das tecnologias e também com o crescente o interesse dos pesquisadores, é imperativo a criação de múltiplos mecanismos de reprodução, guarda e acesso. Nesse sentido a digitalização arquivística é importante ferramenta na concretização de sua missão institucional na medida em que:

- Produz cópia de segurança ou múltiplas cópias que podem servir a diversas finalidades;
- Traz agilidade na recuperação da informação por meio da indexação do conteúdo, se comparada ao suporte físico;
- Contribui para a difusão do acervo e da instituição, pois os documentos digitalizados podem ser disponibilizados em bancos de dados arquivísticos na internet;
- Possibilita a preservação do documento original ao reduzir seu manuseio;
- Permite o intercâmbio de documentos entre instituições.

Dessa forma pode-se dizer que a digitalização é um novo suporte para registro de informações, que surge não para substituir o documento original, mas para complementá-lo em suas limitações.

No processo de digitalização de documentos arquivísticos para conversão em imagem, é muito importante observar os fatores que possam trazer riscos ao documento original, desde as condições de manuseio, a definição dos equipamentos de captura, o

---

<sup>78</sup> Digitalização adequada às recomendações e normas do CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos). Resolução nº 31, de 28 de abril de 2010. Essa resolução visa auxiliar as instituições detentoras de acervos arquivísticos de valor permanente na concepção e execução de projetos e programas de digitalização.

tipo de iluminação, o estado de conservação, até o valor inerente do documento original, ou seja, o valor que o documento contém devido às circunstâncias de sua produção, suporte, selo ou assinatura.

A qualidade da imagem gerada vai depender de fatores como a resolução ótica<sup>79</sup>, a profundidade de bit<sup>80</sup> e os níveis de compressão. A resolução da imagem é definida pelo número de amostras eletrônicas (pixels)<sup>81</sup> vertical e horizontal. Os pixels são utilizados para apresentar a imagem que é expressa em pontos por polegada (dpi) ou pixels por polegada (ppi). Assim sendo, quanto maior o número de pixels (sem interpolação)<sup>82</sup>, melhor a qualidade da imagem digital e conseqüentemente uma cópia mais fiel do documento original. A profundidade de cor também é um ponto importante, pois representa o número de bits de cada pixel. Quanto maior o número de bits, mais cores são representadas, e maior será a gama de cores que o escâner consegue captar. Quando só há um bit por pixel chamamos de bitonal, somente preto e branco.

A definição da resolução para fins de digitalização arquivística tem como objetivo a captura fiel do documento original, ou seja, a resolução ótica maior que a comumente utilizada em reproduções de mercado. A cópia gerada a partir desse processo é chamada de matriz digital (MD)<sup>83</sup>, que deve ser preservada. A partir da Matriz é possível criar as Derivadas de Acesso (DA)<sup>84</sup>. Assim, com o avanço da produção de documentos nato-digitais<sup>85</sup>, a preservação digital torna-se, a cada dia, imprescindível, pela agilidade de expansão, mas acima de tudo um torna-se um desafio, pois o processo de preservar a informação por um longo período e mantê-la acessível exige esforço contínuo devido à volatilidade tecnológica e fragilidade das mídias.

À medida que a resolução aumenta, o número de dados capturados e conseqüentemente o tempo de escaneamento, processamento da imagem e o espaço necessário para o armazenamento também aumentam. Isso quer dizer que os custos para o armazenamento do acervo digital também crescerão. E é exatamente neste ponto que o Arquivo tem encontrado dificuldades, pois executar os trabalhos propostos e consolidar-

<sup>79</sup> A resolução ótica é o que realmente define a qualidade da imagem, a quantidade de pixels que serão capturados na hora da digitalização.

<sup>80</sup> *Bit* é a sigla para *Binary Digit*, que em português significa dígito binário, é a menor unidade de informação que pode ser armazenada ou transmitida.

<sup>81</sup> O menor ponto que forma uma imagem digital. Quanto maior for o número de pixels, melhor a resolução da imagem.

<sup>82</sup> Aumento artificial, por meio de *software*, da quantidade de pixels.

<sup>83</sup> Representante digital com alta qualidade de captura que deve ser armazenado e gerenciado por profissionais qualificados e com acesso restrito.

<sup>84</sup> Representante digital gerado a partir da Matriz Digital com compressão e menor resolução ótica

<sup>85</sup> Documentos nascidos em meio digital.

se como referência no cenário cultural da cidade enfrentando a carência de recursos e pouco reconhecimento da relevância do seu trabalho é uma tarefa árdua.

Nesse sentido, a parceria estabelecida desde 2005 com a Câmara Municipal de Belo Horizonte representou progresso para as duas instituições, pois além de possibilitar a guarda, conservação e disponibilização do acervo da Câmara, permitiu que o laboratório de digitalização do APCBH desenvolvesse técnicas na área baseado nas recomendações da U.S. National Archives and Records Administration (NARA) e do CONARQ, implementando uma rotina de trabalho que favorece e respeita o documento, as instituições e a população.

### **Assessoria de Comunicação de Belo Horizonte**

Os documentos do fundo ASCOM (Assessoria de Comunicação Social do Município) foram recolhidos pelo APCBH entre os anos de 1993 a 2010 e continua a receber novos documentos dos mais variados formatos e suportes. Os negativos do fundo ASCOM, assim como o fundo CMBH, são fontes privilegiadas para se conhecer a história da administração pública em Belo Horizonte, pois guardam registros das plenárias, audiências públicas, solenidades, visitas, inaugurações, obras públicas, manifestações, eventos culturais entre outros. Dessa forma já estão inseridos em uma rotina de tratamento e digitalização, destarte proporcionam a realização do Projeto Cestas da Memória e alimentam o banco de dados da instituição. Com esse trabalho o APCBH consegue dar ao seu consulente acesso rápido e remoto aos negativos digitalizados.

Um dos acervos mais consultados do APCBH o fundo ASCOM, recebe diariamente visita de consulentes dos mais variados perfis, do morador da cidade que necessita de algum documento para um fim burocrático ao estudante e pesquisador para trabalhos e teses. São inegáveis a importância histórica e a riqueza de informações que essas fotografias trazem para a memória de Belo Horizonte. Como já foi dito sobre os usos das fotografias feitos pelos vereadores e prefeitos das sucessivas gestões da cidade percebemos o quanto é interessante e importante conhecer como os governantes usavam esse recurso ao seu favor. Em um dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos a partir da pesquisa nos negativos da Assessoria de Comunicação, Mesquita destaca:

(...) essa forma de discurso seria a marca de toda a gestão de Amintas, que tinha quase obsessão em divulgar seus atos, principalmente através de imagens. Por isso, a produção fotográfica oficial da prefeitura de Belo Horizonte cresceu sensivelmente a partir de seu mandato. Apesar de o setor de fotografia da municipalidade já existir desde, pelo menos, a gestão de Américo Rennê Giannetti, as imagens aumentaram muito de volume a partir da gestão de Amintas. Segundo fotógrafos que trabalharam na prefeitura nesse período, Amintas exigia que fossem tiradas muitas fotos durante eventos oficiais. De acordo com os ex-funcionários, os pedidos eram tão insistentes que frequentemente extrapolavam o estoque de filmes dos fotógrafos. Assim, para evitar uma repreensão, eles tiravam muitas fotos com a máquina vazia. (Mesquita, 2014, p. 447)

No fundo ASCOM existe um grupo de mais de 9.000 negativos que se encontra em avançado estado de degradação, alguns extremamente quebradiços e porosos. Tendo em vista a responsabilidade do APCBH em guardar, preservar e dar acesso aos documentos da administração pública municipal faz-se necessário um grande esforço para evitar que fotografias com informações tão ricas e uma demanda tão grande de consultas se perca por causa da ação do tempo e a forma equivocada que estava sendo acondicionado antes de ser recolhido pelo APCBH. Segundo:

O acervo de negativos e outros itens fotográficos provenientes da Assessoria de Comunicação – ASCOM da Prefeitura de Belo Horizonte sob a guarda do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH, encontra-se acondicionado em invólucros apropriados, envolvidos em papel alcalino e mantidos em sala climatizada. Em vistoria neste mês foi constatado que estes procedimentos não foram suficientes para estabilização da degradação deste acervo. Foi feita uma avaliação das condições físicas por parte do conservador restaurador que elaborou o relatório ora apresentado onde é feita a sugestão de digitalização imediata. (VIGIANO, 2014, p. 01)

Após a contratação dos técnicos foi possível trabalhar também esses documentos. Dessa forma a digitalização desse grupo de negativos em especial impediu que toda essa rica fonte de informações históricas se perdesse, afinal mesmo que o documento físico, apesar de todos os cuidados a eles dispensados, se tornem inutilizáveis devido ao seu grau de degradação as informações neles contidas possuem uma cópia de segurança por meio do processo de digitalização.

### **Considerações Finais**

Os técnicos contratados no Convênio nº 005/2013 possuem formação nas áreas de história e arquivologia. Foram distribuídos nos setores de acordo com a sua experiência e a necessidade do convênio. Entre os técnicos temos um no Laboratório de Digitalização, um no setor de Pesquisa e Acesso, outro na Descrição de Documentos e

um na Gestão. Contudo, todos os profissionais contribuem com os demais setores nos trabalhos diários, elaboram projetos e cooperam com os projetos existentes. Dessa forma o trabalho realizado não se limita ao acervo da CMBH, apesar de ser prioritário, mas engloba todos os acervos sob a guarda do APCBH. Isso é fundamental, pois o acervo da CMBH entra em constante diálogo com os demais acervos existentes no Arquivo.

Um bom exemplo da integração dos técnicos na rotina do Arquivo é o Programa Memória do Mundo<sup>86</sup>. O acervo da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) ganhou o título de *Patrimônio Documental da Humanidade* em setembro de 2015. O processo de elaboração intelectual da candidatura no Programa contou com grande ajuda dos técnicos contratados. Além disso foi possível fazer a digitalização de todos os projetos arquitetônicos da CCNC.

No mês de outubro de 2015 o APCBH adquiriu, também por meio do Convênio nº 005/2013, o escâner planetário ZEUSTSCHEL OS 12002<sup>®</sup>. Com tecnologia alemã, foi desenvolvido especialmente para a digitalização de livros, mapas, jornais e demais documentos até o formato A2. Além da qualidade da digitalização o escâner possui baixa emissão de luz que diminui o dano aos documentos no processo de reprodução digital. Esse equipamento permitirá a digitalização de vários acervos que ainda não tinham sido contemplados por falta de condições e fragilidade, como os livros do Cemitério do Bonfim e o Fundo Nelson Coelho de Senna.

Por meio da parceria com a Câmara Municipal o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte realiza hoje a digitalização arquivística dos negativos pertencentes aos Fundos ASCOM e Câmara Municipal, concomitantemente à digitalização de áudio das sessões plenárias da CMBH. Da ampliação do acesso aos documentos à produção de cópias de preservação, as possibilidades de uso das novas tecnologias têm ampliado os horizontes de atuação do Arquivo que continuará a investir na área junto com seus parceiros, como a Câmara Municipal.

É importante ressaltar que além do trabalho realizado especificamente com o acervo textual, fotográfico e sonoro da CMBH, a parceria concretizada entre as duas instituições garante à população de Belo Horizonte o direito ao acesso à informação

---

<sup>86</sup> O Programa Memória do Mundo da Unesco tem por objetivo identificar documentos ou conjuntos documentais que tenham valor de patrimônio documental da humanidade. Estes são inseridos no Registro Internacional de Patrimônio Documental, a partir da aprovação por comitê internacional de especialistas, da candidatura encaminhada pela instituição detentora do acervo.

sobre a gestão do município, além da preservação da memória histórica e cultural da cidade. Esse tipo de parceria é benéfico ainda no quesito financeiro, pois como sabemos por se tratar de uma instituição pública e voltada para um fim cultural, lamentavelmente, nem sempre é possível contar com as verbas repassadas pelo executivo municipal. Nesse sentido a parceria entre as instituições é primordial para angariar fundos para a compra de equipamentos e mobiliários que garantem a execução do trabalho e o recolhimento não só do acervo da CMBH, mas também de outras instituições municipais que estão sob a guarda do APCBH são do interesse de toda a população, ou seja, a ampliação do escopo dos trabalhos, abarcando outros acervos e serviços.

Dessa forma, a ressalva a ser feita é quanto à manutenção desses convênios. Os inúmeros trabalhos e cooperações citados podem simplesmente deixar de existir na troca da gestão das instituições. O trabalho do Arquivo é infinito, tendo em vista que as instituições públicas do executivo municipal em tempo algum deixarão de produzir documentos e conseqüentemente o APCBH terá que recolhê-los. Todavia, para esse trabalho continuar entre os poderes executivo e legislativo, é necessário um termo oficial de cooperação. Sendo assim a manutenção desses convênios e a elaboração de novos de acordo com a necessidade das instituições parceiras é de fundamental importância, ou todo esse trabalho poderá ser interrompido.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *NOBRADE, Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/nbda200512.pdf>. Acesso em: 03 set. 2015

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Resolução n. 31, de 28 de abril de 2010*. Dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Disponível em: [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Recomendacoes\\_digitalizacao\\_completa.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf). Acesso em: 04 set. 2015.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *Inventário do Fundo de Assessoria de Comunicação do Município 1947-2010*. Belo Horizonte: APCBH, 2011.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *Inventário do acervo da Câmara Municipal de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte; Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2008.

BELO HORIZONTE. Lei 5.899, de 20 de maio de 1991. Dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados e dá outras providências, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm). Acesso em: 10 set. 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Anais da Câmara Municipal de Belo Horizonte de 1936*. Belo Horizonte: [s.e], 1936. (APCBH: C. 14 / b – 001).

GOMES, Maria do Carmo Andrade; NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. A preservação documental na esfera do poder legislativo: a experiência do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 10, p. 157-190, 2008.

MANINI, Miriam Paula. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida (org.). *Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas*. Londrina: EDUEL, 2008, pp. 119-184,

MESQUITA, Yuri Mello. Água para governar, água para se eleger: políticas de saneamento e de desenvolvimento urbano em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil (1955-1965). *Revista de La SOLCHA HALAC: História Ambiental Latinoamericana y Caribeña*, Belo Horizonte, v.III, n.2, p.421-466, mar/ago 2014. Disponível em: <http://goo.gl/7DiSFd>. Acesso em: 15 out. 2015.

NARDINO, Anelise Tolotti Dias; CAREGNATO, Sônia Elisa. O futuro dos livros do passado: a biblioteca digital contribuindo na preservação e acesso às obras raras. *Em Questão: Comunicação e Informação*, Porto Alegre, v. 11, n.2, p. 381-407, jul. /dez.2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/126>. Acesso em: 23 out. 2015.

PEREIRA, Maria Juvanete Ferreira da Cunha. O Arquivo Público enquanto lugar de memória. *Em tempo de histórias*, Brasília, n.10, p.94-116. Disponível em: <http://goo.gl/2rvB7v>. Acesso em: 20 set. 2015.

VIGIANO, Demilson Malta. *Relatório com justificativa para o imediato processo de digitalização dos negativos e outros itens fotográficos da coleção ASCOM*. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Mar. 2014. Original não publicado.